

Contrato de arrendamento aprovado na Câmara de Caminha, para um Centro de Exposições que ainda não existe, serve para injetar dinheiro numa empresa privada

Vereadores do PSD votam contra contrato promessa de arrendamento por que o mesmo não defende os interesses de Caminha e visa a fuga ao visto do Tribunal de Contas, conforme referiu o próprio promotor privado em reunião de câmara

PSD vê com bons olhos investimentos que visem o desenvolvimento de projetos empreendedores.

Consideramos prioritária a aposta forte nas áreas empresariais com a aquisição de terrenos para construir zonas que sirvam para a captação de investidores que queiram fixar empresas no nosso concelho e criar emprego efetivo.

A criação de um Centro de Exposições deve ser apoiada pelo Município de Caminha desde que seja um investimento estrategicamente ponderado e suportado por quem tem capital para o efeito, nomeadamente, os privados.

O caso concreto que foi apresentado hoje em reunião de câmara não corresponde a este conceito.

Ou seja, o que se discutiu e foi aprovado pela maioria socialista não foi a utilidade de um Centro de Exposições, mas sim um contrato promessa de arrendamento, mesmo sem existir qualquer edifício para arrendar.

Em virtude disso, os vereadores do PSD votaram contra o Contrato Promessa de Arrendamento pelos seguintes motivos:

- 1- Este contrato prevê o pagamento de uma renda mensal de 25 mil euros por 25 anos, o que perfaz um total de 7,5 milhões de euros;
- 2- O Município tem que pagar 300 mil euros a esta empresa privada aquando da assinatura do contrato;
- 3- O Município não pode denunciar o contrato, sob forma alguma, durante 5 anos;
- 4- O Município tem que pagar as custas associadas às obras de conservação, manutenção e reparação durante a vigência do contrato, valor que acresce aos 7,5 milhões de euros que irá custar este arrendamento;
- 5- Este contrato está sustentado num parecer, enunciado no próprio contrato e que não corresponde ao objeto do mesmo, visando, como foi dito pelo próprio promotor, a necessidade de “contornar” a obrigatoriedade de um visto do Tribunal de Contas;
- 6- No final dos 25 anos, o Município, depois de pagar 7,5 milhões de euros, não tem direito a ficar automaticamente com as infraestruturas. Tem que pagar, se quiser este equipamento, o valor correspondente ao valor patrimonial, que não pode ser superior a 100 mil euros, o que significa, que na prática, o Município, uma vez que um

equipamento daquela envergadura nunca será avaliado por esse valor, nunca o irá adquirir;

7- Este Contrato Promessa de Arrendamento está a ser feito para beneficiar um privado em concreto conforme afirmou o próprio presidente da Câmara. Não nos parece de todo razoável tanta pressa, em cima do joelho e sem qualquer estudo de viabilidade económica, para fazer um contrato promessa de arrendamento que irá hipotecar por longos anos, o concelho de Caminha.

Neste sentido, e sabendo os vereadores do PSD que a Câmara se nega a prestar apoios a diversas associações e instituições alegando falta de verbas, não entendemos a necessidade urgente de fazer um contrato de arrendamento para um equipamento que ainda não existe, comprometendo e pesando em mais de 7,5 milhões de euros nas contas do Município.

O Município de Caminha tem agravado consideravelmente a sua situação financeira nos últimos anos, tendo-se visto obrigado a recorrer a um saneamento financeiro (espécie de troika) por ter ultrapassado a capacidade de endividamento e é dos piores pagadores do País.

Desta forma, não entendemos como é que, em estado de suposta falência técnica, se pretende assumir, desta forma megalómana, o pagamento de 7,5 milhões de euros, para um edifício que, sendo interessante, não é prioritário neste momento para o nosso concelho.

Só o facto de estarem a fazer jogadas contratuais para conseguirem fugir ao visto do Tribunal de Contas já mostra que algo de muito estranho se está a passar.

Temos de atrair empresas e indústria de ponta que crie emprego qualificado efetivo e não deixar o nosso concelho tão dependente da sazonalidade do Turismo.

O PSD quer o progresso do concelho, mas não a todo o custo, nem com estratégias para contornar o Tribunal de Contas.

Vereadores do PSD Caminha